

Bolsas: MEC descredencia 12 escolas no Rio por fraudes no salário-educação

Governo vai entrar com ações na Justiça exigindo devolução de dinheiro

Isabel de Paula e
Liane Gonçalves

• **BRASÍLIA.** O Ministério da Educação (MEC) já decidiu descredenciar 12 escolas do Rio de Janeiro por fraudes na gestão de recursos repassados pelo Governo federal para o pagamento de bolsas de estudos. Todas elas apresentaram nomes de alunos fantasmas ao MEC para receber irregularmente verbas do salário-educação. Os estudantes bolsistas que estão matriculados nesses estabelecimentos de ensino terão de interromper as aulas e procurar outra escola para estudar. Os que quiserem se manter na escola perderão o direito à bolsa. O MEC também vai pedir na Justiça a devolução dos recursos desviados aos cofres públicos. A denúncia de fraudes nas bolsas de estudos foi publicada pelo GLOBO, no começo de janeiro.

A primeira lista das escolas que serão descredenciadas, com base nos resultados preliminares da auditoria em andamento no Rio, inclui os seguintes estabelecimentos de ensino: Sociedade Assistencial Cultural Gonçalves Leite (Nova Iguaçu), Sibras (RIO), União Educacional de São João de Meriti, União Educacional Nova Campina (Duque de Cxias), Sociedade Educacional Penha Lameira (Rio), Escola Upa Upa Cavalinho (Rio), Centro Educacional Silvestre Siqueira (Nova Iguaçu), Sociedade Educacional Bom Jesus (São João do Meriti), Instituto Educacional Imaculada Conceição (Rio), Externato Pinheiro (Rio), Centro Educacional Jardim Cristina I (Duque de Caxias) e Jardim Cristina II (Belford Roxo).

— Como os recursos repassados pelo MEC foram mal aplicados, as escolas serão descreden-

ciadas e não poderão mais participar do Sistema de Manutenção de Ensino (SME) das bolsas de estudo — explicou ontem o secretário-executivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Barjas Negri.

Negri também anunciou ontem que — em função da denúncia sobre as fraudes, publicada pelo GLOBO — o MEC resolveu reformular o sistema de concessão de bolsas em todo o país. Negri admite que o MEC falhou no controle das bolsas uma vez que repassa verbas às escolas apenas com base na relação encaminhada por cada estabelecimento de ensino. A partir deste semestre letivo, o MEC vai fazer um controle rígido dos nomes dos filhos de empregados indicados pelas empresas que contribuem com o salário-educação. Após a checagem, o próprio MEC é que encaminhará às escolas a relação dos bolsistas. A cada três meses, a empresa terá de confirmar a bolsa.

— É um equívoco o controle feito há mais de dez anos porque se baseia apenas na relação das escolas — disse Negri.

As escolas fraudadoras do Rio também poderão ser fechadas. Segundo Negri, caberá à Secretaria estadual de Educação cassar a licença de funcionamento desses estabelecimentos se julgar necessário. Na opinião do secretário, as próprias associações de pais deveriam exigir o bom funcionamento das escolas de seus filhos.

Procon e Sunab farão blitz contra mensalidades abusivas

Fiscais do Procon vão coordenar hoje uma blitz em cerca de 20 escolas de Primeiro e Segundo Graus, acusadas de estarem cobrando mensalidades abusivas. O inspetor regional da Secretaria

Nacional de Direito Econômico (SNDE), José Augusto Ramos de Barros, representantes da Associação de Pais e Alunos do Rio (Apaer) e fiscais da Sunab vão participar da operação. A coordenadora do Procon, Sônia Carvalho de Souza, convidou para acompanhar a fiscalização o deputado federal Celso Russomano, que na semana passada participou de uma blitz numa universidade de São Paulo. Outro deputado federal, Lindberg Farias, também recebeu o convite, mas não confirmou presença.

Apesar de ter recebido poderes para fiscalizar e autuar escolas por abusos, a Sunab vai apenas acompanhar a operação de hoje. Ricardo Sampaio Corrêa, assessor da Superintendência da Sunab, explicou que os fiscais do órgão só poderão autuar quando o convênio que lhes dá esse poder for publicado no Diário Oficial. No Rio, o Procon vai coordenar as operações, apesar de 113 fiscais estarem praticamente ociosos na Delegacia Regional da Sunab. O Procon conta com a ajuda de nove fiscais do órgão.

Corrêa explicou que as operações do Procon devem desencadear um processo demorado. Os fiscais da Sunab vão coletar hoje documentos que permitirão avaliar se a mensalidade é abusiva. Se ficar comprovado qualquer tipo de irregularidade, o Procon encaminhará os dados para a SDE que abre um processo administrativo. Nesse momento, os donos de escolas podem apresentar suas justificativas. Só depois, a SDE vai julgar e, dependendo da conclusão, multar a escola.

Os fiscais devem visitar hoje 20 entre as 93 escolas que foram denunciadas à Câmara dos Deputados. ■